

# Votação dos 5 anos já não preocupa Governo

BRASÍLIA — Poucas horas após determinar total mobilização de seus aliados, em favor da votação do mandato hoje ou amanhã, o Presidente Sarney reagiu à manobra obstructionista dos defensores dos quatro anos, proclamando que a questão do mandato de cinco anos está superada. No início da noite, o Porta-voz da Presidência, Carlos Henrique de Almeida Santos, disse que já não havia mais "interesse do Governo em agilizar a votação do mandato" e que "o Presidente Sarney comunicou ao dr. Ulysses que a votação poderia ocorrer inclusive depois de sua viagem à ONU". Garantiu, ainda, que a visita aos Estados Unidos está confirmada.

A mudança de tática inspirou-se nos últimos números levantados pelo Líder do Governo, Deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA). O Governo substituiu a insistência em votar o mandato esta semana por uma posição de indiferença quanto à data, levando em consideração que, pelas contas de Sant'Anna, a tese dos cinco anos contava no início da noite com o apoio de 307 parlamentares presentes em Brasília. Eram esperados, ainda, 11 que permaneciam em seus Estados e dois doentes que se comprometeram a comparecer a qualquer custo.

Pela manhã, a posição do Governo era diferente. Em reunião no Palácio da Alvorada — com a presença de oito Ministros, os Líderes no Congresso e dois assessores — o Presidente determinara a manutenção dos esforços para votação do mandato o mais rápido possível. Fora, inclusive, traçada uma estratégia para evitar as manobras de obstrução, especialmente conduzidas pelo Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas: os Líderes Carlos Sant'Anna, do Governo, e José Lourenço (BA), do PFL, ficaram encarregados de procurar a Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, para sugerir a convocação de sessões extraordinárias.

— Se eles dificultarem os acordos,



Em intervalo da votação no plenário, Sant'Anna conversa com Ulysses

nós decidimos no voto — ameaçou Lourenço, manifestando confiança na mobilização feita até aquele momento.

Depois da reunião matinal no Alvorada, as lideranças insistiram durante o dia na votação do tema ainda hoje, temerosas dos efeitos de uma manobra dos defensores do mandato de quatro anos para desarticular a mobilização governista. Embora admitissem a hipótese de a votação ocorrer somente na próxima semana, a palavra de ordem das lideranças governistas continuou sendo a "mobilização total".

— Os quatroanistas estão querendo procrastinar para que nós nos desmobilizemos e o mandato seja colocado em votação subitamente. Nossa resposta a isso é a máxima mobilização — disse no meio da tarde Sant'Anna.

Esta ameaça, contudo, foi afastada à medida que Sant'Anna obteve de Ulysses a garantia de que não colocaria a matéria em votação sem marcar a sessão e avisar a todos previamente. Preocupado, o Líder do Governo chegou a procurar alguns

defensores dos quatro anos de mandato, como o Deputado José Genoíno (PT-SP), que lhe garantiu que as oposições não estavam fazendo "obstrução por obstrução", como define a prática regimental.

Segundo Genoíno, o impedimento para a votação era apenas "a falta de um acordo em torno do Capítulo da Família". Apesar da insistência das lideranças do Governo, uma conversa de Sarney com o Assessor Especial Thales Ramalho, no início da noite, alterou o curso da articulação acertada pela manhã.

Pelas previsões de Ulysses Guimarães, o mais provável é que o mandato de Sarney seja votado apenas na quarta-feira, dia 2. Para ele, dificilmente a questão poderia ser votada hoje. Essa previsão era compartilhada pelos Líderes Gastone Righi (PTB-SP) e os petistas Plínio de Arruda Sampaio e José Genoíno, ambos de São Paulo.

A duração do mandato de Sarney será um dos temas a serem examinados na reunião de dois dias que o Alto Comando do Exército realiza a partir de hoje, em Brasília, sob a presidência do Ministro Leônidas Pires Gonçalves.

## Quércia pede destituição de Fernando Henrique

BRASÍLIA — Profundamente irritado, o Governador Orestes Quércia (SP) exigiu terça-feira, na prática, a destituição de Fernando Henrique Cardoso da Liderança do PMDB no Senado, segundo contou ontem, a um amigo, o Presidente do partido, Deputado Ulysses Guimarães. Em jantar na casa de Ulysses, a que compareceram os Ministros da Previdência, Renato Archer, e da Ciência e Tecnologia, Luís Henrique, Quércia investiu duramente contra o fato de a direção partidária estar de braços cruzados, enquanto o Senador usa o cargo para destruir a legenda.

Quércia comparou a ação de Fernando Henrique à da Quinta Coluna

— denominação que recebera a rede de colaboradores nazistas nos países aliados, durante a 2ª Guerra Mundial — e lamentou que o Senador não tenha tomado a decisão ética de renunciar ao cargo.

— Todos os dias a gente lê nos jornais declarações desse Senador dizendo que está deixando o PMDB. Antes de fazer essas ameaças que, infelizmente, só ficam nisso, ele deveria renunciar ao cargo de Líder. Todos os dias ele está saindo, mas não sai.

O Governador frisou que a preocupação fundamental dos peemedebistas deve ser a reafirmação do partido, atualizando seu programa como o próprio Ulysses sugeriu, e não

mais tentar segurar os dissidentes:

— Chega de acariciar essa gente. Parece que sem eles o partido deixará de existir. Um partido que tem 22 Governadores e a maioria da Constituinte deve ter outro tipo de preocupação. Se eles quiserem sair que saiam, mas saiam já.

Apoio unânime dos presentes recebeu a tese de que as relações com o Governo não devem preocupar o partido. Os Ministros, o Governador e o Deputado, concordaram em concentrar forças, promulgada a Constituição, em rumos próprios para o PMDB, deixando ao Governo a opção de aplicar as diretrizes que a convenção nacional do partido vier a aprovar.

## Texto aprovado dá maior proteção à natureza

BRASÍLIA — A Constituinte aprovou ontem, por acordo de lideranças, o capítulo referente ao meio ambiente. Segundo representantes dos movimentos ecológicos, o texto aprovado contém mais avanços do que o da Comissão de Sistematização. Apenas uma emenda foi incorporada: a do Senador Itamar Franco (sem partido-MG), que exige aprovação do Congresso para a instalação de usinas nucleares.

A emenda do Senador foi aprovada por 302 Constituintes, tendo 116 votos contrários e 24 abstenções. Já a proposta do Deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP) de que as atividades nucleares no País só poderão ter fins pacíficos foi derrotada por 289 votos, tendo 114 votos a favor e 14 abstenções. O Relator Bernardo Cabral lembrou que a determinação fora incluída em artigo já aprovado.

Os principais dispositivos do capítulo são os seguintes:

- Exigência de estudo prévio do impacto causado por atividade potencialmente agressora ao meio ambiente, a ser regulamentado por lei.

- Preservação da integridade do patrimônio genético do País (que inclui sementes e matrizes de vegetais e animais) e fiscalização das entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.

- Empresas mineradoras ficam obrigadas a recuperar o meio ambiente degradado por suas atividades. O assunto vai ser regulado em lei.

- Criação de parques ecológicos em cada um dos Estados e Territórios. A Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Matogrossense e a Zona Costeira passam a ser consideradas Patrimônio Nacional, devendo a lei dispor sobre a forma como seus recursos naturais poderão ser utilizados sem comprometer a preservação do meio ambiente.

### Acordos sobre família e índios não saem

BRASÍLIA — Evoluíram pouco as negociações para os dois últimos capítulos do Título VIII, relativos à família e aos índios, cuja votação era esperada para logo após a do capítulo do meio ambiente. Ontem, líderes indígenas e dos idosos procuraram os parlamentares para expor suas reivindicações.

Os aposentados e pensionistas pediram ao Deputado Ulysses Guimarães que seja incluído um dispositivo que atualize seus vencimentos e outro que obrigue os filhos, na maioria, a ajudar os pais na velhice e em caso de carência e doença. Já os índios pedem alteração do artigo que não estende o direito de posse da terra às tribos aculturadas. Eles propõem que o termo "tribos" seja substituído por "índios", para impedir que toda a tribo seja prejudicada por casos individuais.